

**A OUTRA FACE DA CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR
SOCIAL: NEO-LIBERALISMO E OS NOVOS MOVIMENTOS
DA SOCIEDADE DO TRABALHO**

**CADERNO DE PESQUISA
N. 13**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS – NEPP**

1990

SUELY MARIA RIBEIRO LEAL

Instituição responsável
Núcleo de Estudos de Políticas Públicas- NEPP - UNICAMP

Coordenador do NEPP
Prof. Dr. Pedro Luiz Barros Silva

Coordenador Associado
Profa. Dra. Gilda Portugal Gouvêa

Centro interdisciplinar de pesquisa especializado em estudos e investigações de acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas e programas governamentais. Entre suas preocupações e interesses prioritários, destacam-se as avaliações de processos de implementação de reformas e inovações de *polícies* e de programas e projetos de enfrentamento da pobreza. No período recente, desenvolveu, entre outros os seguintes projetos:

- Avaliação da Descentralização de Recursos do FNDE e da Merenda Escolar. Convênio INEP/MEC (1997-1998).
- Desenho e Implantação de Estratégia de Avaliação dos Programas Sociais Prioritários do Governo Federal Brasileiro. Convênio BID/UNESCO/Gov. Brasileiro (1998).
- A Educação básica e secundária no Brasil: evolução recente. Convênio MEC/UNESCO (1997).
- Avaliação da Descentralização das Políticas Sociais no Brasil: Saúde e Educação Fundamental - estudos municipais. Convênio Cepal (1997).
- Avaliação do Processo de Implementação do Projeto "Inovações no Ensino Básico" e de algumas Medidas da Escola-Padrão no Estado de São Paulo. Convênio BIRD (1994/1996).

Os cadernos de Pesquisa do NEPP, escritos pelos professores, pesquisadores, estudantes de pós graduação, e outros membros associados, aparecerá intermitentemente. Alguns serão comunicações de pesquisa preliminares em andamento, ou explorações de idéias teóricas, e a sua publicação visa a estimular discussão e gerar críticas úteis. Como resultado de tais discussões e críticas, é provável que apareçam publicações de versões mais elaboradas em outra parte.

REITOR

PAULO RENATO COSTA SOUZA

COORDENADORIA GERAL DA UNIVERSIDADE

CARLOS ALBERTO VOGT

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

ANTONIO MÁRIO ANTUNES SETTE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

BERNARDO BEIGUELMAN

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

JOSÉ CARLOS VALADÃO DE MATTOS

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

HÉLIO WALDMANN

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO

UBIRATAN D'AMBROSIO

DIRETORIA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROF.^a DR.^a SÔNIA MIRIAM DRAIBE

CONSELHO EDITORIAL DOS CADERNOS DE PESQUISA DO NEPP

PROF.^a DR.^a ARGELINA MARIA CHEIBUB FIGUEIREDO

CÉLIA SOIBELMANN MELHEM

**Agradeço os comentários críticos da
Professora Sônia Draibe, do Núcleo de
Estudos de Políticas Públicas - NEPP.**

ÍNDICE

Introdução.....	1
1. O Padrão Keynesiano e o "Welfare State".....	3
1.1 Fundamentos do "Estado Keynesiano".....	3
1.2 Da Consolidação do "Welfare State à Crise.....	6
2. A Crise do Estado Capitalista: Exaustão do Padrão Keynesiano e de sua Sociedade de Bem-Estar Social.....	11
2.1 Raízes Estruturais da Crise: O Debate Liberal Conservador e Progressista.....	11
3. O "Fim das "Energias Utópicas" e a Crise da Sociedade de Trabalho.....	20
3.1 O Trabalho Enquanto Categoria de Organização Social.....	20
Bibliografia Consultada.....	27

Introdução

Foco de controvérsias em todo o mundo no seio do pensamento teórico, da esquerda à direita neo-conservadora, a Crise da Economia, do Estado e da Sociedade Capitalista permanece sendo o grande desafio a ser enfrentado na virada do século. Suas raízes não se limitam à sua natureza econômica ou financeira, mas vão além disso: trata-se de uma crise do próprio Estado Capitalista.

Com ela, antigos paradigmas e valores que moldaram o pensamento político e as lutas sociais da moderna sociedade industrial parecem ultrapassados, levando à suposição do fim das "energias utópicas". A sua "implosão", em meados da década de 70, arrasta consigo aquela que foi a base de sustentação do apogeu das economias capitalistas no pós II Guerra: o Estado do Bem-Estar Social, cujo caráter reformista tornou possível a compatibilidade entre capitalismo e democracia e permitiu uma convivência harmônica entre capital/trabalho, aparentando haver sido superado o conflito de classes.

Há no entanto, uma relação simbólica entre a atual crise e os parâmetros sobre os quais se tornou possível estruturar o Estado e a Sociedade Capitalista: a força estruturadora e socializadora do trabalho tornou-se o coração da utopia; a força desagregadora e dessocializante, ainda que intransparente, parece ser a perda da utopia de uma sociedade de trabalho.

Repentinamente, pensamento histórico e pensamento utópico, antes indissociáveis, entram em conflito: a realidade histórica se afasta dos horizontes utópicos, as utopias já não servem de referência para as mudanças apontadas pela história.

Nem mesmo o conceito de crise torna-se apropriado para evidenciar o momento de ruptura entre o "velho" e o "novo" campo de história, conceitos e categorias teóricas parecem insuficientes para dar conta das profundas transformações por que passa a sociedade. Talvez seja mais apropriado falar, como Habermas, da " Nova Intransparência", do fim das "energias utópicas" de uma sociedade estruturada sobre o trabalho.

Este trabalho pretende dar uma contribuição no sentido da compreensão da crise, numa dimensão mais ampla de sua natureza. O primeiro capítulo procura dar conta dos fundamentos do Estado Keynesiano e de sua consolidação, enquanto um padrão específico de Sociedade de Bem Estar Social, naquilo que se costuma conceituar como "Welfare State". O segundo tenta sintetizar os enfoques mais importantes sobre a crise, a

partir das visões liberal/conservadora e progressista. Finalmente, o último capítulo propõe uma discussão, ainda que limitada, sobre o "fim das utopias sociais" evidenciando, sobretudo, os limites e implicações que tal tipo de afirmação traz para as estruturas de organização da sociedade e seu campo de luta política. Questiona-se principalmente o novo caminho teórico do pensamento social da "esquerda" e os fundamentos sob os quais seria possível construir a unidade entre pensamento histórico e um novo pensamento "utópico".

1. O Padrão Keynesiano e o "Welfare State"

1.1. Fundamentos do Estado Keynesiano

Após os seus 30 anos gloriosos de crescimento, a economia capitalista entra na década de 1970 na sua mais profunda crise histórica, parecendo haver um consenso entre correntes conservadoras e progressistas em relação ao seu caráter: trata-se de uma crise do Estado.

A compreensão da crise atual requer que se remeta aos fundamentos históricos que serviram de base à constituição do Estado Keynesiano e à Sociedade de Bem-Estar Social. A sua emergência no pós II Guerra, como um Estado de novo tipo, inerente às relações sociais de produção capitalistas trouxe, como consequência, sua inserção em todos os aspectos da vida econômica social e política. A concepção teórica, assentada no modelo de crescimento, pleno emprego e distribuição de renda, daria suporte a um novo compromisso entre classes, cuja expressão maior são as social-democracias ocidentais. A sua consolidação no pós-guerra resultou num apogeu sem precedentes de todas as economias capitalistas desenvolvidas.

Os profundos abalos sofridos pelas economias capitalistas em suas estruturas produtivas, financeiras e comerciais, provocados pela grande depressão (1929-1933) iriam induzir a grandes transformações no delineamento das políticas econômicas dos sistemas capitalistas. O período de recuperação que começa a delinear-se nos anos 30 é interrompido pela guerra, fazendo com que a maioria dos Estados Nacionais Europeus só enveredam num processo de recuperação no final dos anos 40. No nível político, as disputas internacionais pelo poder, com intensos apelos nacionalistas, fazem eclodir tensões políticas que culminariam com a deflagração da II Guerra Mundial no final dos anos 30.

Algo em comum surgia no seio dos debates teóricos de então: as políticas econômicas de corte liberal, até então predominantes, já não se tornavam adequadas para permitir o pleno desenvolvimento do processo econômico, as políticas de "laissez-faire" que asseguravam os mecanismos de livre mercado, não davam conta dos objetivos macroeconômicos de crescimento estável, abrindo espaço para um vasto campo teórico sobre o papel do Estado nas economias capitalistas. Uma nova concepção teórica do Estado é

sintetizada a partir dos prognósticos de Keynes desde 1926: o fim do "laissez faire" e a construção de um nova via, distinta do arranjo liberal e do chamado socialismo de Estado. O pensamento Keynesiano representará o elemento que faltava para legitimar e organizar a nova política econômica. Praticando uma política anti-cíclica, enquadrando e reforçando a pura economia de mercado, esse Estado poderá racionalizar a economia em seu conjunto e orientá-la no sentido do Bem-Estar Geral.

Esta visão opunha-se à racionalidade do livre mercado e às políticas de socialização radicais. Em seu lugar, emergia uma proposta de socialização mais ampla, assentada em pressupostos distributivistas e baseadas no primado do cidadão e do consumidor sobre os produtores. Neste sentido restrito, ela constituiria uma verdadeira "revolução" na política burguesa ¹

A importância do Keynesianismo irá transcender o próprio espaço da política econômica, indo constituir-se em um referencial inovador para a organização do Estado e das Sociedades Capitalistas. O caráter desta socialização e os meios institucionais requeridos para seu funcionamento teriam o suporte público do Estado, que deveria ser capaz de determinar o valor agregado imprescindível ao aumento da produção, além da taxa de remuneração das aplicações, sem que, no entanto, se tornasse necessária a apropriação dos meios de produção privados pelo Estado. Na concepção do próprio Keynes, "uma socialização algo mais ampla dos investimentos, será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda espécie que permitam o Estado cooperar com a iniciativa privada".²

Como assinala Rosanvallon, " a equação Keynesiana está fundada sobre o equilíbrio de correspondência global entre os imperativos do crescimento econômico e as exigências de uma maior equidade social, dentro do quadro de um Estado economicamente e socialmente ativo".³

É importante ressaltar a amplitude e os limites desse Estado Keynesiano que toma forma nos anos 30 e se consolida no pós-guerra. As modificações impostas por essa verdadeira revolução na política burguesa não se limitam às transformações na estrutura econômica, mas abrem espaço para mudanças profundas no conjunto das relações sociais: a

¹Buci-Glucksmann, C. e Therborn, Goran. " O Desafio Social Democrata". Lisboa, Dom Quixote, 1983.

² Keynes, John M. " A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda". Atlas, Ed. São Paulo, 1982, pag. 282.

³ Rosanvallon, P. " L Crise de L'état - Providence". Ed. Seuil, Paris, 1981.

emergência de uma nova divisão do trabalho - com o taylorismo e o fordismo - e a passagem histórica para novas formas de relação entre o Estado e a Sociedade.

Trata-se de um "alargamento" do Estado sem precedentes e da constituição de uma nova relação entre capitalismo e instituições. Estado ampliado que ultrapassa o espaço da produção, apropriando-se das funções privadas de gestão e reprodução da força de trabalho, constituindo-se no palco de alianças, perpassando, no limite, o conjunto das relações sociais. De um lado, garantindo o processo de acumulação através da intervenção, de outro, promovendo a regulação da força de trabalho e das relações sociais por meio de uma profunda reforma social.⁴

O tripé fundamental - Estado/Capital/Trabalho - permitiria o estabelecimento de uma esfera de negociação triangular, gerando modalidades estruturais novas da luta de classes. Nesse sentido, tornou-se possível estabelecer a combinação entre capitalismo e democracia, através de um compromisso entre capital/trabalho onde, de um lado, os proprietários dos meios de produção "permitem" aos não-proprietários a sua organização e a criação de instrumentos políticos que lhes possibilitem exigir seus direitos na repartição dos recursos e na conseqüente distribuição de renda; de outro, os não proprietários dos instrumentos de produção "concordam" com a manutenção da propriedade privada do capital social e com as regras de lucratividade.

O compromisso da democracia capitalista só se viabiliza na medida em que o Estado passa a harmonizar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática da economia, fornecendo as bases técnicas para realização desse compromisso e o suporte político, de modo a possibilitar que as instâncias político-partidárias exerçam a ação democrática.

O caráter "reformista" de um tal tipo de Estado constituiu-se no eixo condutor das estruturas do "Welfare State" contemporâneas e distingue-se do Estado e das reformas precedentes. Embora algumas experiências anteriores possam ser encontradas no New Deal, na planificação Soviética e mesmo no fascismo, o Estado Keynesiano diferencia-se como espaço onde irão emergir novas formas políticas, permitindo conciliar o "Estado Econômico" com o "Estado Social".

Dialeticamente, não se trata de um corte histórico radical entre um Estado anterior - liberal, não intervencionista - e um Estado Keynesiano - intervencionista, "Estado Plano" -

⁴ Buci-Glucksmann, C. e Therborn, Goran. Cit. (1)

mas de um "Estado Integral"⁵, contraditório, apoiado em novos compromissos históricos, compondo com o capital e o trabalho um novo arranjo para possibilitar o consenso político.

Em todas as suas formas, o compromisso Keynesiano constitui um programa dual: "Pleno Emprego" e "igualdade". Pleno emprego: pela regulação do nível de emprego pela administração da demanda dos gastos sociais; igualdade: na constituição de uma malha de serviços sociais que iria dar forma ao moderno Estado de Bem-Estar Social.

Deste modo, os alicerces do "Welfare State" tornam-se indissociáveis da proposta política Keynesiana de reestruturação do capitalismo no pós-guerra. Sua expressão maior são as experiências social-democratas ocidentais.

1.2. Da Consolidação do "Welfare State" à Crise

O final da II Guerra Mundial é caracterizado por um longo período de crescimento e estabilidade nos países capitalistas centrais, que prossegue até início dos anos 70, quando ocorre a crise financeira internacional.

A hegemonia americana e a ascensão do Bloco Socialista, sob a liderança da União Soviética, levam a antagonismos cujas tensões vão desaguar na chamada guerra fria.

No campo das relações internacionais organiza-se um amplo aparato da regulação, montado a partir do acordo de Bretton Woods, dando origem a instituições reguladoras, como o FMI, Banco Mundial, Gatt.

O crescimento econômico processa-se a partir de grande fluxo de capitais dos EUA para a Europa e Japão: o Plano Marshall desencadearia as condições para o desenvolvimento do padrão industrial americano na Europa, possibilitando uma intensa internacionalização produtiva, via expansão das empresas multinacionais, seguida por um processo de difusão tecnológica, possibilitando um permanente e acelerado mecanismo de troca no comércio internacional. Internacionalmente a cada Estado Nacional, vigora uma política de caráter expansionista apoiada pela forte presença da ação estatal no campo econômico e social, através da sua intervenção direta na economia.

⁵ O conceito de "Estado Integral" foi utilizado por Gramsci em sua análise sobre o "Risorgimento".

A marca desse momento é a perspectiva de uma sociedade afluyente, de opulência e de solidariedade nacional, estruturada no êxito do projeto de crescimento, pleno emprego e Bem-Estar Social. É este contexto que viabiliza uma ampliação sem precedentes das políticas sociais, configurando o chamado "Welfare State".

A consolidação das instituições democráticas desde o final do século XIX, a organização político-partidária da classe trabalhadora e o "Welfare State" irão possibilitar a compatibilidade continuada do capitalismo e da democracia emerge historicamente em função do aparecimento e do desenvolvimento gradual de dois princípios mediadores: os partidos de massa e a competição partidária, e o "Welfare State Keynesiano"⁶

Forma particular de democracia - com igualdade e participação de massa - compatível com a economia de mercado capitalista, e aliada a um tipo específico de capitalismo, capaz de coexistir com a democracia. Compatibilidade que só se torna possível num contexto de crescimento e a partir de um pacto entre capital/trabalho/Estado, onde o que estava em jogo não era o conflito de classes e o modo de produção, mas o projeto reformista assentado no binômio de crescimento e distribuição, na base dos pressupostos Keynesianos. É este o eixo ideológico que dará sustentação às social-democracias européias.

A constituição das partidos de massa, cujas origens estão estreitamente relacionadas com os movimentos sindicais operários, voltando-se prioritariamente para a organização política da classe trabalhadora e para a conquista ou transformação do Estado Burguês, se dá agora segundo uma proposta de mudanças "por cima". O movimento operário europeu havia engrossado suas fileiras a partir das mudanças na própria organização econômica; grandes corporações monopolistas possibilitam a formação de uma "aristocracia operária", cujo campo de atuação restringe-se principalmente às lutas no campo econômico e pelos direitos sociais.

Estabelece-se uma relação diferenciada entre capitalismo, instituições políticas e força de trabalho, compatível com a produção em massa e a grande indústria.

O "Welfare State" emerge como concepção básica do Estado e da política estatal Keynesiana, na maior parte dos países do Ocidente, embora em momentos diferenciados e com práticas específicas. Sua consequência é um "boom" sem precedentes que beneficia a maior parte das economias capitalistas, ao mesmo tempo em que provoca

⁶ Offe, Claus. A Democracia Partidária Competitiva e o "Welfare State Keynesiano". Fatores de Estabilidade e Desorganização, In: " Problemas Estruturais do Estado Capitalista" . Tempo Universitário. São Paulo, 1984.

uma radical transformação no processo de acumulação e no conflito de classe, se afastando das formas radicais em nível político.

O compromisso estabelecido pressupõe, por parte da classe trabalhadora, a aceitação da lógica do lucro e da existência do mercado como eixos norteados da alocação de recursos do sistema de trocas internacionais e das mudanças tecnológicas; do mesmo modo, significa a garantia, por parte do capital, da defesa dos padrões mínimos de vida, dos direitos sindicais, democráticos e sociais - tendo como requisitos o pleno emprego e a renda real, tudo isso através da mediação do Estado.⁷

Tal compromisso tinha como pressuposto um consenso relativo às prioridades e valores básicos da economia política - o crescimento econômico e a segurança social - devendo, nesse sentido, cada classe levar em conta os interesses de outra classe.

" A função do `Welfare State`, define-se como um conjunto de habilitações legais dos cidadãos para transferir pagamentos dos esquemas de seguro social compulsório para os serviços organizados do Estado, em uma grande variedade de casos definidos de necessidades e contingências. Sua atuação está voltada para cobertura dos riscos e incertezas, aos quais estão expostos os trabalhadores assalariados e suas famílias".⁸

Desse modo, o "Welfare State" desempenha funções fundamentais: de um lado, retirando do campo da luta de classes o conflito político, através da satisfação das necessidades da classe operária e da promoção dos meios para seu atendimento de forma coletiva. De outro, propiciando uma maior regularidade ao processo de produção, afastando-o dos conflitos na produção, dando uma maior estabilidade à economia através da desconexão entre mudanças na demanda efetiva e no emprego.

" Uma política econômica `ativa` estimula e regulariza o crescimento econômico, o `dividendo dos impostos` que resulta desse crescimento permite a ampliação dos programas do `Welfare State` e, ao mesmo tempo, o crescimento econômico continuado, limita a extensão em que efetivamente são reclamados as provisões do `Welfare State` - como seguros de desemprego. Em consequência, os temas e conflitos que sobram para serem resolvidos no âmbito da política formal, da competição partidária e do parlamento, são de natureza tão fragmentária, não-polarizante e não fundamental - na área da política

⁷ Offe, Clauss, cit (5), pag. 372

⁸ Idem, pag. 374

econômica e social - que eles podem se solucionados pelos mecanismos inconspícuos dos ajustes marginais do compromisso e da construção de coalizões".⁹

A implantação do "Welfare State" nos limites do Estado Keynesiano tem efeitos indiretos, como ocorre na formação, no seio das instituições públicas, de uma burocracia cujos interesses e comportamentos diversos interferem na própria gestão e controle das políticas públicas. Além disso, provoca um adensamento inusitado do aparelho econômico do Estado e a emergência de um aparelho social que foi com o tempo organizando a intervenção do Estado na área social. Traz ainda em seu bojo a emergência do planejamento como prática estatal e um grande peso do emprego público. Neste contexto, o "Welfare State" não deve ser associado apenas ao aparecimento das políticas sociais e instituições públicas destinadas a regular o campo do trabalho assalariado e a cobertura dos riscos dos setores que se encontram fora da produção. Sua função, no âmbito da articulação com os diversos segmentos do capital, é indiretamente promover o processo de reprodução ampliada da produção capitalista. Nesse sentido, o "Welfare State" traz em seu bojo a própria contradição capitalista: tanto é funcional ao processo de acumulação - na medida em que o setor público arca com parte dos custos de reprodução - quanto atende à classe trabalhadora, via concessão de benefícios sociais, promovendo sua reprodução e possibilitando as condições de sua manutenção.

O caráter reformista do Estado Keynesiano tornou-o cada vez mais dependente de concessões econômicas outorgadas a grupos organizados; a política virou uma interação de coalizões entre grupos, possibilitando o surgimento de tendências corporativas de negociação direta, seja entre grupos organizados - trabalho/capital - sob a tutela do Estado, seja entre cada um desses grupos e a burocracia estatal. Nesses termos, a distribuição dos recursos econômicos e as próprias metas de crescimento passaram a ser crescentemente dominadas pela correlação de forças políticas.

As pressões advindas dos grupos organizados, no que se refere ao cumprimento dos acordos estabelecidos, levaram a uma expansão inusitada do "Welfare State", provocando um círculo vicioso - maiores pressões, mais recursos, maiores necessidades. A concessão crescente de recursos por parte do Estado, para atender novas demandas sociais, tem como consequência enormes deficits na estrutura financeira do Estado. A crise fiscal expressa-se pela incapacidade do Estado em cumprir os requerimentos do

⁹ Idem Offe, Claus, cit (5), pag. 375.

capital monopolista e concorrencial e de manter sua legitimidade na exploração econômica e no controle sobre a classe trabalhadora.¹⁰

O "pacto Keynesiano" foi sustentado na medida em que tornou possível alcançar as metas de pleno emprego e manter a segurança material, através de uma política de Bem-Estar Social. Durante pelo menos três décadas, o progresso econômico foi levado ao apogeu e a ideologia Keynesiana tornou-se o referencial através do qual estabeleceu-se o compromisso de classe: num tal contexto diferentes grupos só poderiam entrar em conflito nos limites da compatibilidade entre capitalismo e democracia. A produção cresceu, o desemprego diminuiu, os serviços sociais foram intensamente ampliados e estendidos a todos os setores sociais. A paz social tornou-se a imagem difundida em todos os recantos das social-democracias ocidentais.

A crise econômica iniciada em 1965 e acelerada entre 1968 e 74, financeira partir de então, põe em xeque os mecanismos de acumulação, atingindo o próprio padrão de desenvolvimento capitalista.¹¹ Estão em causa, de um lado, as bases econômicas do modelo: o crescimento e o pleno emprego; sua sustentação social: a redistribuição dos rendimentos, as negociações salariais e toda uma política de seguridade. De outro, a sua fundamentação ideológica: o reformismo de Estado.

Esta é ou não, uma crise do próprio Estado capitalista?

¹⁰ O'Connor, J. " USA: A Crise do Estado Capitalista", Paz e Terra, RJ, 1977

¹¹ Belluzzo, L.G.M. ; Tavares, M.C., e Coutinho, L. Política Econômica, Inflexão e Crise 1974-1981. In:

" Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaio Sobre a Crise" v. 1, Brasiliense. São Paulo, 1982.

2. A Crise do Estado Capitalista: Exaustão do Padrão Keynesiano e de sua Sociedade de Bem-Estar Social.

2.1. As Raízes Estruturais da Crise: O Debate Liberal/Conservador e Progressista.

Parece haver hoje um senso comum entre conservadores e progressistas de diversas matizes: aquela que parecia ser a mais sólida estrutura histórica no pós-guerra - o Estado Keynesiano - está em crise. As interpretações sobre sua natureza e seu caráter são, no entanto, divergentes, sendo alvo de controvérsias, seja pela volta à tona do forte apelo liberal, seja pelas posições que marcam o pensamento da esquerda na atualidade, cujo perfil tem sido eminentemente defensivo.

O que fica patente entretanto é que a crise atual do Estado Capitalista distingue-se das anteriores, tornando-se, nesse sentido, única e singular. Primeiramente, por tratar-se de uma crise de ordem estrutural - da Economia, do Estado e da Sociedade Capitalista; em segundo lugar, pela própria natureza da relação entre Estado/Economia - simbiótica e inseparável - característica da própria relação social na qual foi moldada a estrutura econômica e social no pós-guerra - o Estado Keynesiano.¹²

Está em jogo nesta crise não apenas o padrão de crescimento econômico e de Bem-Estar Social, mas também a estrutura de organização das relações sociais gerada por este padrão. Os antigos equilíbrios entre Estado e economia de mercado, entre acumulação e consenso político, se decompõem, as limitações impostas pela crise às políticas do "Welfare State" levam ao abandono dos compromissos econômicos e políticos que regulavam o seu funcionamento; os conflitos gerados no seio do movimento operário põem em jogo a sua forma de organização sindical e expressam a sua inadequação para incorporar no seu campo de lutas os novos movimentos sociais emergentes. Tudo isso irá repercutir-se em crise de uma gestão - do Estado e da Política - na crise do Estado Keynesiano.

Nos meados da década de 70, o padrão Keynesiano de desenvolvimento dava sinais claros de esgotamento, o que vem à tona com o fim da conversibilidade do dólar em

¹² Barbosa de Oliveira, C.A. " Comentários sobre a Crise Atual do Estado" . IE/UNICAMP. Campinas, 1988, mimeo.

1971. As tradicionais políticas de corte econômico e financeiro mostravam-se incapazes de dar direcionamento ao crescimento da economia; os períodos expansivos tornavam-se mais curtos, as recessões frequentes, a aceleração inflacionária crescente, o desemprego apresenta altas taxas, demonstrando que o estável crescimento dos anos 50 e 60 havia sido interrompido. Baixo crescimento, aceleração inflacionária e desequilíbrios financeiros parecem ter gerado um conflito entre política econômica e política social, destruindo o círculo virtuoso do pós-guerra.¹³

Neste contexto, a crise apresenta raízes estruturais e é gestada em decorrência do esgotamento dos mecanismos de expansão até então em vigor. É uma crise de "superacumulação". O processo de centralização do capital permitiu a criação de elevados excedentes de capitais e os obstáculos para manutenção da reprodução ampliada eram crescentes, a renovação tecnológica era limitada, ampliando-se a capacidade ociosa, levando a que, cada vez mais, grande volume de recursos fossem desviados do investimento produtivo para aplicações no circuito financeiro.

Por outra parte, o setor público apresentava-se em déficit financeiro, os gastos sociais passaram a ter um peso cada vez maior nas despesas orçamentárias. O baixo crescimento e a aceleração inflacionária reduzem a arrecadação tributária e a capacidade de recolhimento das contribuições sociais, fazendo com que se elevem os custos dos programas sociais e aumentem as demandas por benefícios, face ao desemprego. Além do mais, o setor público apresentava-se, relativamente ao setor privado, com baixo nível de produtividade, penalizando ainda mais as finanças públicas.

A polêmica sobre a crise econômica começa a tomar vulto no final dos anos 70, em particular, passa a ganhar corpo nos países desenvolvidos o pensamento liberal. No centro do debate, estava a ação intervencionista do Estado e os efeitos danosos do "Welfare State". A polarização ideológica se circunscreve aos princípios reguladores do capitalismo: para os liberais, os mecanismos de regulação econômica pelo mercado permanecem sendo os mais eficazes; os progressistas argumentam sobre o caráter instável inerente às economias capitalistas, tornando necessária a existência de um princípio regulador através da presença intervencionista do Estado. Enquanto os liberais atribuem ao intervencionismo estatal a ocorrência da crise, os progressistas afirmam ser a Crise do Estado decorrente da crise econômica.

¹³ Draibe, S.M. e Henrique, W. " 'Welfare State', Crise e Gestão da Crise: Um Balanço da Literatura Internacional". Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 6, v. 3, ANPOCS, Fevereiro, 1988.

a) O Debate Liberal Conservador

Para os liberais, a excessiva intervenção estatal provoca inúmeras distorções na economia, na medida em que impede a liberdade do indivíduo em atuar diretamente no âmbito do mercado.¹⁴ Passa a existir, a partir da ação estatal, um desvirtuamento da estrutura de preços relativos - em termos micro-econômicos - e um desajuste entre oferta e demanda agregada - a nível macro-econômico. Com relação aos elevados índices inflacionários, estes são atribuídos ao caráter inflacionista das políticas monetárias Keynesianas e ao déficit público crescente, afetando as expectativas dos agentes e, conseqüentemente, provocando a inflação. Centrando suas críticas no intervencionismo do Estado, e advogando os princípios de regulação da economia pelo mercado, os liberais atribuem as crises sempre a fatores exógenos à economia.¹⁵

A nova corrente libeal da "economia de oferta" afirma que a crise resultaria da interferência do Estado através de regulamentações generalizadas e sua tributação excessiva, o que retira estímulos à oferta de fatores de produção (capital/trabalho); advogam o abandono das regulações generalizadas, a redução dos tributos e a diminuição dos gastos do "Welfare State" como medidas que poderiam reativar a economia e implicar na superação da Crise.¹⁶

O ataque ao "Welfare State" direciona-se sobretudo a um dos pontos nevrálgicos da ação do Estado: às suas políticas de bem estar social. Os gastos sociais apresentam-se como principais responsáveis pelos elevados deficits orçamentários, pela ampliação sem precedentes dos programas sociais e pela pesada estrutura burocrática que tomou lugar no aparelho do Estado. A expansão dos gastos sociais do Estado, em condições de desequilíbrio orçamentário e provocando deficits públicos, penaliza a atividade produtiva, acarretando a inflação e o desemprego. A crise é decorrente, em última instância, da

¹⁴ Friedman, M. " Capitalismo e Liberdade" . São Paulo, Arte Nova, 1977.

¹⁵ Brunhoff, S. " L'Heure du Marché - Critique du Liberalisme" Puf. Paris, 1986, Citada por Oliveira, B.C. A . cit (12)

¹⁶ Feldstein, H. " Supply Side Economics: Old Truths and New Claims" . A . E.R. May 1986, Citada por Oliveira, B.C. A . cit (12)

intervenção do Estado, que impede a ação eficiente dos mecanismos saneadores do mercado.

Afirma-se ainda que os programas estatais de natureza social, ao prevenirem os riscos e ao induzirem a uma igualdade discriminatória, quebram a ética do trabalho, vulnerabilizando o mercado: reduz-se a disposição para o trabalho, diminui-se o grau de mobilidade de mão-de-obra, acarretando o rebaixamento dos níveis gerais de produtividade e criando uma alta artificial dos salários.

Há, ainda, um forte argumento no campo político, quando afirma-se que, ao provocar um alto grau de regulação e intervenção estatal na vida social, o "Welfare State" estaria introduzindo nas "sociedades democráticas" um forte veio autoritário. Como afirma Gilder, "se a força do capitalismo advém de seus impulsos básicos - risco e a concorrência - sua saúde depende dos mecanismos de incentivo ao trabalho e ao investimento."¹⁷

Ao criar uma proteção excessiva e segurança econômica e social, a intervenção do Estado irá minar o capitalismo e sobrecarregar o Estado. Além disso, ao negar o maior incentivo ao trabalho que é a "necessidade", a proteção do Estado pela redistribuição de renda termina por agravar o nível de pobreza.

Sintetizando, para os liberais, a atual crise do capitalismo é o fruto da ação do Estado que tem como consequência, para o próprio Estado, dificuldades de ordem financeira e administrativa. A atuação do Estado no campo econômico e social, na forma em que está estruturada, suprime os incentivos e o investimento. Sendo o investimento privado a matriz fundamental do capitalismo, a solução da crise pelo retorno, em sua plenitude, dos mecanismos de mercado. A alternativa mais coerente para enfrentar a crise seria a desmontagem da atual estrutura sob a qual apoiou-se o Estado Keynesiano, eliminando-se a regulação estatal no campo econômico e social. Nesta perspectiva, a proposta liberal supõe uma completa ruptura da aliança de classe, isto é, do compromisso reformista que deu sustentação ao Estado Keynesiano e possibilitou a compatibilidade capitalismo/democracia.

¹⁷ Gilder, G. "Wealth and Poverty". Nova York. Bantam Books, 1982. Citado por Draibe, S. e Henrique, Wilnês. Cit (13).

b) O Debate Progressista

Entre a teoria neo-conservadora da crise do Estado capitalista e as visões progressistas delineiam-se vários pontos de semelhança. Passando por concepções teóricas múltiplas, tais como a da regulação, da derivação, economicista, instrumentalista, funcionalista, entre outras, o que se pode constatar é que o pensamento de esquerda na atualidade não fez, desde os debates de 1968, grandes avanços no sentido de uma formulação sólida para a teoria da crise. As posições defensivas desgastaram-se paulatinamente com o ananço do pensamento liberal-conservador, na medida em que este passa a apontar em suas análises os limites do crescimento e do Estado Social, a crise econômica, financeira, ou seja, a crise de "legitimação e de autoridade estatal".

A explicação para a evolução insatisfatória, no campo teórico e empírico, ou as acusações costumeiras com respeito à falência do pensamento de esquerda, não são procedentes, na medida em que desconsideram questões de maior complexidade, seja no campo político ideológico, seja pelo próprio caráter das transformações por que passa a humanidade na transição para um novo século. Uma crítica procedente exige uma profunda revisão das bases teórico/conceituais, dos valores e antigos paradigmas que parecem não dar mais conta da nova dinâmica social da "modernidade".

As colocações de Habermas são de fato procedentes quando ele afirma: "Hoje as energias utópicas aparentam Ter se esgotado, como se elas tivessem se retirado do pensamento histórico. O horizonte do futuro estreitou-se e o espírito da época, como a política, transformou-se profundamente. O futuro afigura-se negativamente; no limiar do século XIX, desenha-se o panorama aterrador da ameaça mundial aos interesses da vida em geral: a espiral armamentista, a difusão incontrolada de armas nucleares, o empobrecimento estrutural dos países em desenvolvimento, o desemprego e os desequilíbrios sociais crescentes nos países desenvolvidos, problemas como o meio ambiente sobrecarregado, altas tecnologias operadas às raias de catástrofes, dão as palavras chaves que invadiram a consciência pública através dos meios de comunicação de massa. As respostas dos intelectuais refletem uma perplexidade não menor do que a dos políticos".¹⁸

¹⁸ Habermas, J. " A Nova Intransparência" . Novos Estudos. CEBRAP, nº 18, Setembro, São Paulo, 1987, pág. 104.

Pode-se falar, como Habermas, de uma crise do pensamento teórico, do fim das utopias que serviram de referência aos valores e paradigmas da sociedade industrial. Se há uma crise no que hoje constitui a formulação teórica, ele se deve sobretudo ao esgotamento das " utopias sociais" sobre as quais se moldou o pensamento da esquerda, cuja reação tem sido apontar para o "novo irracionalismo".

É bem verdade que enormes avanços teóricos foram feitos, em particular no que diz respeito às visões dogmáticas que desvirtuaram o próprio marxismo clássico. Houve uma preocupação em avançar na modernidade e deixar de lado os jargões " esquerdo-zóides". No entanto, no enfrentamento da atual crise do capitalismo, muitas respostas faltam ser dadas. Fala-se em uma nova sociabilidade, mas o que significa isto em termos das profundas transformações econômicas e tecnológicas e frente aos deslocamentos inéditos na geo-política internacional? Qual o papel reservado ao Estado-Nação na regulação econômica neste quadro de internacionalização dos mercados financeiros e produtivos? Como funcionará a nova sociedade e quais as instâncias reais de sua representação? Como reestruturar a estrutura estatal ou superá-la dentro do capitalismo, considerando o jogo de forças capital/trabalho a ele inerente?

Estas e outras questões novas que possam surgir permanecem ainda em aberto; os desafios em respondê-las continuam de pé, e estão na dependência da própria evolução do processo histórico e do conflito político.

Tentaremos agora apontar para algumas visões no campo progressista, cujas concepções sobre a crise têm contribuído com mais frequência para o debate atual. O caráter fiscal-financeiro da crise é apontado por O'Connor no campo marxista, embora esta visão seja compartilhada por autores conservadores.

Para O'Connor, " ... os empresários teriam induzido o Estado a assumir parte de seus custos de produção". Além disso, na medida em que os custos de reprodução da força de trabalho não são inteiramente cobertos face aos baixos salários, o Estado, através de seus gastos sociais, passa a ter responsabilidades na contribuição dos salários indiretos para os trabalhadores. Por outro lado, os custos de pesquisas tecnológicas ou de capital social básico também foram atribuídos ao Estado. Estas atribuições do Estado tornam-se fatores geradores de crise do capitalismo, expressa sobretudo na crise fiscal do Estado: "embora o Estado tenha socializado os custos de capital, o excedente social - inclusive o lucro - continua a sofrer apropriação privada. A socialização dos custos e a apropriação privada dos lucros gera uma crise fiscal, tendo como resultado uma tendência para que as despesas públicas cresçam mais rapidamente do que os meios para financiá-las". O

processo contraditório que possibilita, de um lado, a acumulação de capital social, e, de outro, a existência de despesas sociais, cria, segundo O'Connor, tendências para crises.¹⁹

O problema de continuidade e desenvolvimento de programas sociais inscreve-se numa problemática mais ampla, de "crise fiscal do Estado", que se expressa no crescimento dos gastos públicos sem que, em contrapartida, existam formas de financiá-los.²⁰

Uma outra linha de argumentação dirige-se mais diretamente ao esgotamento de políticas convencionais como forma de fazer frente às crises. É a natureza da crise atual que impede a efetividade das políticas convencionais, ou, como afirmam Belluzzo e Coutinho "a crise atual pode ser caracterizada como um processo de super-acumulação generalizado, acompanhado de esgotamento de certo padrão tecnológico. Tal crise se manifesta num alto grau de internacionalização do capital produtivo e financeiro, levando a que as políticas monetárias e fiscais se mostrem incapazes de controlar e dirigir o processo de acumulação. A superacumulação bloqueia os investimentos e as políticas de relançamento da economia, resultando em elevação da taxa de investimento e mesmo que esta taxa se incremente, os investimentos que se realizam são localizados e tornam-se insuficientes para desencadear um processo de crescimento auto-sustentado. Além disso, em vista das características das novas tecnologias, ondas de investimento podem resultar em redução do emprego".²¹

Neste contexto, a profundidade da crise e sua natureza não podem ser tratadas através de políticas convencionais, mas exigem mudanças radicais dos mecanismos em vigor utilizados pelo Estado, associados a novos instrumentos de política econômica e social. Entretanto, isto ainda é insuficiente frente às transformações em pauta, o que não permite delinear um horizonte mais claro. Desde o final dos anos 70, os limites impostos ao Estado Keynesiano eram claros, sem que alternativas mais concretas sejam identificadas.²²

¹⁹ O'Connor, cit (10)

²⁰ Draibe, Sonia e Henrique, Wilnês, cit (13)

²¹ Belluzzo, L.G.M. e Coutinho, L. G. " O Desenvolvimento do Capitalismo Avançado e a Reorganização da Economia Mundial no Pós-Guerra" in: Estudos CEBRAP nº 23, São Paulo, 1981. Citado por Oliveira, B.C.A . cit (12)

²² Barbosa de Oliveira, C. A . cit (12)

A maior parte dos autores, sejam eles marxistas ou neo-Keynesianos, tendem a concordar: a crise é inerente à economia capitalista e não pode ser explicada exclusivamente pela expansão dos gastos sociais. A sua natureza tem múltiplas dimensões: crise econômica, crise do Estado Social, crise política, crise de legitimidade, crise de utopias sociais.²³

Para Offe, a crise que se inicia nos anos 70, ao reduzir o crescimento, põe em cheque as bases políticas sobre as quais repousam as práticas redistributivas estatais. Os conflitos distributivos voltam à cena política, restringindo as margens de negociação, levando à ruptura do compromisso que deu sustentação ao "Welfare State". Trata-se, desse modo, de uma crise de legitimação, expressa no esgotamento daquela forma particular de regulação estatal baseada em políticas sociais e numa política econômica de corte Keynesiano.²⁴

Uma outra tese que vem tomando força crescente no seio da "nova esquerda" europeia é colocada entre outros por Rosanvallon, para que a crise do "Welfare State" deve-se à sua incapacidade de responder aos novos valores e comportamentos sociais emergentes nas sociedades pós-industriais.

Partindo da aceitação da crise financeira que incide sobre o "Estado Providência", Rosanvallon discorda das versões que consideram a crise como sendo de caráter eminentemente fiscal e financeira. Para ele, "o verdadeiro bloqueio ao 'Estado Providência' é, afinal, de ordem cultural e sociológica: a crise é de um modelo de desenvolvimento e crise de um sistema dado de relações sociais."²⁵

Se há uma crise nesta direção, o fundamental é questionar se o "Welfare State" continuará sendo a única forma de por em prática programas sociais e promover a solidariedade social. Sintetizando os argumentos colocados, pode-se concluir:

1 . As transformações no quadro atual do Estado e da Sociedade, assim como as novas tendências possíveis, indicam a falência do modelo Keynesiano e, conseqüentemente, do compromisso em que se assentam as relações entre a economia e o social. Fundado sobre a concepção do "Welfare State", na base de negociações coletivas, esse modelo entra em crise, demonstrando o espaço social homogêneo sobre o qual se apoiou, o que

²³ Ver Draibe, S. e Henrique, Wilnês. Cit (13)

²⁴Offe, Claus, cit. (6)

²⁵Rosanvallon, cit. (3), argumento também colocado, de um outro ponto de vista, por Offe, cit. (6) e Buci-Glucksmann, C. cit (4)

põe em colapso o Estado e conduz à perda do uso das formas clássicas de negociação, a exemplo da função política do sistema partidário competitivo.

2 . A superação inevitável do modelo centrado na bipolaridade de classe social - capital/trabalho, frente aos novos sistemas de organização da sociedade, que compõem um campo novo de conflito social. Os movimentos ecológicos, de mulheres, pela paz, o desenvolvimento da "economia subterrânea", representam a emergência de relações sociais marcadas pela busca de maior proximidade social e pela crítica às formas tradicionais de coletivismo - partidos, sindicatos, associações de classe, etc.

3 . Se é correto presumir que as instâncias de representação coletivas tradicionais tendem a ser substituídas por novas formas de organização social, como parece indicar o surgimento dos novos movimentos sociais, a crescente confiança nos arranjos corporativos e auto-limitação na competitividade dos sistemas partidários, então o declínio desse sistema levará à ascensão de práticas políticas novas, controladas e reguladas, de participação e conflito político.²⁶

4 . Que estas formas de regulação emergentes possam conduzir a novas perspectivas sociais e políticas, levando ao individualismo liberal ou a formas novas de confronto inter-classes, isto depende da própria superação do modelo Keynesiano e da luta política, a ser levada à frente pelas formas de organização social-democratas e socialistas.²⁷

5. O que fica patente, no atual momento, é que as formas políticas e econômicas que se desenvolveram na maior parte dos Estados Capitalistas avançados no pós-guerra e que possibilitaram a compatibilidade entre capitalismo e democracia tendem a ser superadas e substituídas pela criação de um novo espaço social, ainda não transparente.

6 . Tudo parece indicar que, junto com a crise, ou mesmo como seu desaguadouro, está o fim das "energias utópicas" de uma sociedade que tem no trabalho a sua forma de organização social.

²⁶Ver Offe, Claus. Cit. (6)

²⁷ Rosanvallon, Cit. (4)

3 . O "Fim" das "Energias Utópicas" e a Crise da Sociedade de Trabalho.

3 . 1. O Trabalho Enquanto Categoria de Organização Social

O mundo está vivendo uma crise das "utopias sociais". É irônico que o século que começou com uma expressiva participação de teorias utópicas (anarquismo, socialismo e marxismo de todo o tipo) corra sérios riscos de findar-se sem que novas "utopias sociais" sejam construídas. Com o "fim" das "energias utópicas, vem à tona o debate sobre a crise da Sociedade de Trabalho".²⁸

Tanto Habermas quanto Offe parecem concordar num ponto: "chegou ao fim uma determinada utopia que, no passado, cristalizou-se em torno do potencial de uma sociedade de trabalho". A afirmação, como tal, é controversa, não apenas porque põe em xeque os parâmetros teóricos do pensamento de esquerda - o trabalho como categoria social básica (desde os clássicos da teoria social, de Marx a Weber, até as visões contemporâneas: de Poulantzas, das Escolas da regulação, da derivação, estruturalistas, funcionalistas, instrumentalistas, e os ditos independentes), mas, além disso, principalmente pela trincheira que abre para o avanço das idéias conservadoras, para quem o grande inimigo teórico sempre foram os pressupostos da teoria marxista.

O naufrágio do socialismo de Estado teria arrastado consigo tudo o que se movia à sua volta, desde o marxismo até o socialismo democrático? O horizonte socialista e comunista deixou de existir? Haveria um novo horizonte pós-social-democrata? A sociedade do trabalho deixou de ser uma sociedade de classes, para transformar-se naquilo que Habermas conceitua como "Sociedade de Comunicação"?

Desde o início do século XIX, pensamento histórico e pensamento utópico constituíram-se em elos indissociáveis, e tornaram-se pontos de referência para um vasto campo de lutas políticas. Não apenas foram o veio de colóquio intelectual, mas inspiraram os movimentos da classe trabalhadora de todo o mundo e tiveram pontos culminantes em momentos e estratégias distintas: o comunismo soviético, o fascismo italiano e espanhol, o nazismo na Alemanha Nacional Socialista, e o reformismo social-democrata no

²⁸A polêmica é colocada, entre outros, por Habermas, J. cit (17) e, mais recentemente, por Offe, Claus, "Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da Sociedade de Trabalho", R. J. Tempo Brasileiro, v. 1, "A Crise", 1989.

ocidente. As tragédias fascistas e nazistas, a história encarregou-se de destruir, a experiência soviética passa hoje por profundas transformações a partir da "Perestroika" (reestruturação) e da "Glasnost" (transparência), estendendo-se à grande parte do Bloco Socialista. O reformismo social-democrata, cujo projeto de Estado Social teve um apogeu sem precedentes no pós II Guerra Mundial, entra nos meados da década de 70 em profunda crise, chegando-se a prever o seu total esgotamento.

Habermas defende a seguinte tese: "...a nova ininteligibilidade é a própria de um situação na qual o programa de Estado-Social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade de trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras de uma vida coletiva melhor e menos ameaçada."²⁹

Offe, por sua vez, coloca como questões centrais: "...existem indícios de um decréscimo objetivo do poder de determinação de fatos como o trabalho, a produção, e a remuneração para constituição da sociedade e para o desenvolvimento social como um todo? A sociedade é objetivamente menos moldada pelo fato do trabalho? A esfera da produção e do trabalho perde sua potência como determinante da estrutura e do desenvolvimento? (...) haveria, por assim dizer, uma implosão da categoria trabalho? (...) Há uma crise da Sociedade do trabalho".³⁰

Quaisquer que sejam as implicações em nível político-ideológico que estas questões colocam em pauta, o que é fato é que a atual crise do capitalismo e seus desdobramentos não pode deixar de ser enfocada sem que se considerem as profundas transformações por que passa a sociedade, e em particular as mudanças profundas no processo de trabalho. Os parâmetros do fordismo parecem superados, dando lugar a um "neofordismo", cujas características são o controle automático da produção, como parte de um sistema totalmente integrado, e com a aplicação sistemática do princípio da retroatividade por meio de máquinas de controle numérico das operações. Tal processo tem repercussões que extrapolam as unidades de produção, promovendo alterações ainda não totalmente apreendidas na organização locacional das etapas de produção e conseqüentemente na própria socialização do modo de vida.³¹

²⁹ Habermas, J. Cit (17), pp. 106/107

³⁰ Offe, Claus, Cit. (27), pág. 19

³¹ Aglietta, Michel. "Regulación y Crises del Capitalismo. La Experiencia de los Estados Unidos" .Siglo Veintiuno, 1979.

É necessário, no entanto, ultrapassar o campo da revolução tecnológica e da constatação da insuficiência dos mecanismos do Estado Keynesiano e dos limites que lhe foram impostos, para que se apreenda a crise do capitalismo, procurando-se enveredar pelos caminhos tortuosos da Sociedade do futuro e das formas possíveis de sua organização social.

A primeira questão que se põe diz respeito ao atual perfil da estrutura de organização do trabalho, hoje presentes nos centros avançados do capitalismo, denotam a grande margem de situações nas quais se expressa o trabalho, assalariado ou não: renda, níveis de qualificação, formas de inserção na produção, jornadas de trabalho, estabilidade no emprego, etc, o que permite afirmar que o trabalho assalariado dificilmente serve como referência exclusiva para unificação dos trabalhadores, para formação de sua autoconsciência, ou para moldagem de um comportamento organizacional e político. Ou seja, os agregados culturais, organizacionais e políticos, em termos coletivos, já não se moldam de forma tão expressiva em torno do trabalho assalariado; ao contrário, torna-se cada vez mais evidente a emergência de componentes organizacionais da sociedade que se estruturam nas formas de "economias subterrâneas", ou que se atrelam a grupos específicos de atividades não produtivas e não assalariadas.

É bem verdade que nas fases do capitalismo, mesmo nas iniciais, sempre estiveram presentes relações de trabalho que não se processavam a partir da inserção direta do trabalhador à produção capitalista. Poder-se-ia argumentar também que, no modo de produção capitalista, existe uma dinâmica particular de subsunção formal e real do trabalho ao capital, na qual a mesma lógica do capital comandaria a dinâmica de extração do valor excedente, na forma de mais-valia absoluta e relativa. Como parte ainda da lei geral da acumulação capitalista constituir-se-ia, conforme conceituado por Marx, o exército de reserva e a super-população relativa.

Estas categorias de referência da análise marxista não podem ser aplicadas com tanta precisão conceitual quando se trata de analisar as formas de organização social nas chamadas sociedades pós-industriais. Chamamos atenção sobretudo para o fenômeno das chamadas "novas classes" que passam a dar ao mundo do trabalho uma nova expressão social. A face mais concreta desse elemento inovador são as formas de trabalho geradas na área dos serviços, nas quais não existe uma esfera institucional contratual formal, como é o caso do trabalho de membros de famílias ou de unidades domésticas, além de outras que podem ser identificadas, como no caso dos serviços públicos. Em ambos os casos, não podem ser definidos, com nitidez, critérios de

valorização ou de alienação do trabalho. Tratam-se de processos nos quais os critérios de racionalidade desenvolvidos para utilização e controle da força de trabalho na produção capitalista de mercadorias não podem ser transportados diretamente para a produção dos serviços, em particular, no caso do serviço público. O próprio conceito de força de trabalho como mercadoria produtora de mais-valia torna-se inapropriado a um tipo de trabalho "sui-generis", cuja função parece ser a garantia institucional da dinâmica geral de acumulação.

Para Offe, "a ambivalência e a autonomia desse tipo de trabalho social resulta de seu caráter de 'corpo estranha imprescindível'. Ele assegura e normaliza as condições prévias e paramétricas de um tipo de trabalho ao qual ele mesmo não pertence. Por um lado, atua como guardião e regulador do trabalho e da valorização, mas por outro, ele está pelo menos parcialmente liberado da disciplina direta da racionalidade do trabalho social e de seus respectivos controles de rendimento e produtividade".³²

Esta é uma condição essencial para que a chamada "nova classe" se torne fonte de valores e atitudes que passam a desafiar a sociedade do trabalho, impondo padrões valorativos materiais e humanísticos qualitativamente distintos e gerando, por isso mesmo, uma nova frente de conflitos. As manifestações corporativas que combinam a função de representação do interesse de atores coletivos com a implementação de políticas representam um exemplo concreto de estrutura organizativa dessas "novas classes". Além disso, espalham-se cada vez mais pelo mundo os movimentos "extra-classes": pela paz, pela defesa ecológica, direitos das minorias, etc.

Um segundo argumento que poderia ser colocado no bojo da discussão sobre a crise da sociedade de trabalho diz respeito ao próprio papel de centralidade da função valorativa do trabalho, como algo imprescindível ao modo de vida e à consciência social. Segundo argumenta Offe, "a tentativa de construção a partir da esfera do trabalho, de todo o ambiente de vida como unidade subjetiva coerente é cada vez mais inútil, por causa da estrutura temporal e da biografia de trabalho. Em primeiro lugar, porque hoje a continuidade entre formação e exercício profissional, assim como a continuidade na própria vida profissional, já representa mais uma exceção do que uma regra. Em segundo lugar, devido à tendência secular de redução da parcela do tempo de trabalho no

³²Offe, Claus. Cit (27), pág. 75

tempo de vida, especialmente na medida em que se expande cada vez mais o tempo livre, no qual outras experiências e necessidades são determinantes" ³³

Embora se trate de uma problemática mais afeta aos países capitalistas centrais, o que se observa frente à nova revolução tecnológica é uma tendência à redução drástica do potencial de absorção do mercado de trabalho, levando ao surgimento de uma parcela marginalizada da atividade produtiva assalariada. A redução na jornada de trabalho e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho podem levar a formas autônomas de atividade ocupacional - do tipo "informal" ou "subterrâneas" - tornando cada vez mais improvável que o trabalho formal, o desempenho e a ocupação possam manter-se como referência principal das normas de vida e de processos coletivos de organização político-social.

Uma outra questão que vem sendo colocada com frequência se refere à perda de motivação pelo trabalho, tendo em vista os esquemas de proteção propiciados pelo Estado de Bem-Estar Social.

Este tipo de argumento tem sido frequente, sobretudo por parte dos críticos conservadores ao Estado do "Welfare State", para quem a excessiva proteção propiciada pelos programas de cobertura dos riscos do desempenho tem levado ao desestímulo ao trabalho, e impedido o livre arbítrio do indivíduo de entrar na competição do mercado.

Os esquemas de seguro compulsório e habilitação legal oferecem uma proteção institucional tão forte aos interesses materiais dos trabalhadores assalariados, que trazem como consequência o fato de que a mão-de-obra se torne despreparada e encontre-se menos forçada a ajustar-se aos novos contextos das mudanças estruturais, tecnológicas, de locação e outras, da economia: "os salários passam a ser `rígidos` e `inflexíveis` a declínio mas, além disso, as provisões do `Welfare State` `desmercantilizam` em parte os interesses dos trabalhadores, substituindo o `contrato` pelo `status` e os `direitos de propriedade` pelos `direitos de cidadão`".³⁴

Esses paradoxos dos mecanismos do mercado de trabalho, que vêm sendo evidenciados em grande parte nos países desenvolvidos acarretam a formação de um foco de desemprego estrutural, com a presença de sub-culturas de uma economia `informal`, ao que se junta a pauperização de grupos sociais - fenômeno bastante comum em países subdesenvolvidos. As regras da sociedade de trabalho passam a ser, para esses grupos,

³³Offe, Claus. Cit. (27), pág. 28 e Gorz, André, "Adeus ao Proletariado", RJ, Forense, 1982.

³⁴Offe, Claus. Cit. (6), págs. 376-377

quando não adversas, desconhecidas, levando à aglutinação de interesses e estruturas organizativas que podem ser caracterizadas como uma `não-classe de trabalhadores´.

A questão que fica como indagação é se estas `idiossincrasias´ na estrutura de organização do trabalho permitem afirmar a existência de uma crise da sociedade de trabalho. No contexto de uma sociedade capitalista desenvolvida e inserida em um Estado de Bem-Estar Social que, embora em esgotamento, não pode ser considerado como algo superado mas ainda em pleno funcionamento na maior parte do Ocidente, é possível prever, no plano moral, econômico político-ideológico a sua completa extinção? E mais ainda a crise do trabalho, como categoria básica de organização social, levaria de fato ao fim das `energias utópicas´?

É exatamente a falta de alternativas, e mesmo a irreversibilidade das estruturas assentadas no compromisso social-democrata, que nos põe diante de um dilema: sendo o capitalismo desenvolvido hoje compatível com a democracia, as condições para a sua sobrevivência acaso permitem pensar que ele possa viver sem o Estado Social? Um modelo de sociedade centrado no trabalho, subjacente a conceitos como o do "capitalismo" e o da "sociedade industrial" ainda pode ser visto como base suficiente e apropriada para a formulação conceitual e teórica do pensamento social?³⁵

Quais os conceitos que poderiam ser postos no lugar das "velhas" utopias cuja categoria de referência não fosse mais uma sociedade estruturada sobre o trabalho? A construção de novos pressupostos teóricos que permitissem explicar a superação das "energias utópicas" é sem dúvida um passo fundamental no contexto da "Sociedade de Comunicação", ou de uma teoria que tentasse explicar por que motivos a esfera do trabalho e da produção perde sua capacidade de estruturar a sociedade e - em consequência da "implosão" de seu poder de determinação social - liberar novos cenários de ação com novos atores e novas racionalidades.³⁶

A sociedade está ansiosa por um novo horizonte e à espera de novas utopias, pois o abandono dos conteúdos utópicos da sociedade de trabalho não significa de modo algum que a consciência da história e da luta política estejam perdidas. A saída da crise e a estrutura de organização social e política da sociedade sob novas formas são estratégias

³⁵Offe, Claus, Cit. (27), pág. 33

³⁶Offe, Claus, Cit. (27), pág. 36

prioritárias. Mais imprescindível ainda torna-se a questão da miséria social do Terceiro Mundo. Para um povo que não teve acesso ao Estado de Bem-Estar Social e não conseguiu construir o seu projeto de sociedade de trabalho, resta saber se o horizonte das "novas utopias" lhe será concedido de forma passiva, ou se seria necessário que os limites impostos pela fome e pela miséria obriguem esse povo a buscar, sob formas "radicais" e "desagregadora", os caminhos para uma vida melhor.

Seja como for, a totalidade histórica não pode ser antecipada.

Bibliografia Consultada

ANGLIETTA, Michel. Regulacion y Crisis del Capitalismo. La experiencia de los Estados Unidos. Siglo Veintiuno, 1979.

BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. Comentários sobre a Crise Atual do Estado, IE/UNICAMP, Campinas, 1988. Mimeo.

BELLUZZO, L.G.M.; TAVARES, M.C. e COUTINHO, L. Política Econômica, Inflexão e Crise 1974-1981 in: Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaio Sobre a Crise. v. 1, Brasiliense, São Paulo, 1982.

BELLUZZO, L.G.M. e COUTINHO, L.G. O Desenvolvimento do Capitalismo Avançado e a Reorganização da Economia Mundial no Pós-Guerra, in: Estudos CEBRAP nº 23, São Paulo, 1981.

BRUNHOFF, S. L'HEURE du Marché - Critique du Liberalisme, Puf, Paris, 1986.

BUCI-GLUCKSMANN, C. e THERBORN, Goran. O Desafio Social Democrata, Lisboa, Dom Quixote, 1983.

DRAIBE, S. M. e HENRIQUE, Wilnês. "Welfare State", Crise e Gestão da Crise: um balanço da literatura internacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 6, v. 3 ANPOCS, fev. 1988.

FELDSTEIN, H. Supply Side Economics: Old Truths and New Claimis, A. E. R. May, 1986.

FRIEDMAN, M. Capitalismo e Liberdade, São Paulo, Arte Nova, 1977.

GILER, G. Wealth and Poverty. Nova York, Bantam Books, 1982.

GORZ, André, "Adeus ao Proletariado", R.J., Forense, 1982.

HABERMAS, J. A Nova Intransparência. Novos Estudos CEBRAP, nº 18, set. 1987

KEYNES, John M. A Teoria Geral do emprego do Juro e da Moeda. Atlas ed., S.P., 1982.

O'CONNOR, I. USA: A Crise do Estado Capitalista. Paz e Terra, R. J., 1987.

OFFE, Claus. A Democracia Partidária Competitiva é o "Welfare State Keynesiano". Fatores de Estabilidade e Desorganização. In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Tempo Universitário. São Paulo, 1984.

OFFE, Claus. Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade de Trabalho, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, v. 1, "A Crise", 1989.

ROSANVALLON, P. La Crise de L'état. Providence. Ed. Du Seuil, Paris, 1981.

Números anteriores dos Cadernos de Pesquisa do NEPP

HENRIQUE, W. e DRAIBE, S.M. CADERNO DE PESQUISA Nº 1, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA CRISE: UM BALANÇO BIBLIOGRÁFICO DA LITERATURA INTERNACIONAL – 1997.

CANESQUI, A . M. E QUEIROZ, M. S. CADERNO DE PESQUISA Nº 2, CAMPINAS: POPULAÇÃO, SITUAÇÃO DE SAÚDE E ORGANIZAÇÃO DO CUIDADO MÉDICO – 1987.

CASTRO, M.H.G. CADERNO DE PESQUISA Nº 3, GOVERNO LOCAL, PROCESSO E EQUIPAMENTOS SOCIAIS: UM BALANÇO BIBLIOGRÁFICO – 1988.

SALM, C.L., DEDECA, C. S., TUMA, F. M. e COUTINHO, M. CADERNO DE PESQUISA Nº 4, FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS - 1988.

VIANNA, A . L. CADERNO DE PESQUISA Nº 5, ABORDAGENS METODOLÓGICAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - 1988.

MERHY, E. L.; CAMPOS, G.W.S. e QUEIROZ, M.S. CADERNO DE PESQUISA Nº 6, PROCESSO DE TRABALHO E TECNOLOGIA NA REDE BÁSICA DE SERVIÇOS DE SAÚDE; ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS - 1989.

QUEIROZ, M. S. E CANESQUI, A . M. CADERNO DE PESQUISA Nº7, FAMÍLIAS TRABALHADORAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE SAÚDE, DOENÇA E ASPECTOS INSTITUCIONAIS DA MEDICINA "OFICIAL" E "POPULAR" - 1988.

DRAIBE, S. M. CADERNO DE PESQUISA Nº 8, WELFARE STATE NO BRASIL; CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS - 1988.

FIGUEIREDO, A .M.C. CADERNO DE PESQUISA Nº 10, HÁ TENDÊNCIAS E TENDÊNCIAS: COM QUE ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL HAVEREMOS DE CONVIVER NESTE FIM DE SÉCULO? - 1989.

FARIA, V.F. e CASTRO, M.H.G. CADERNO DE PESQUISA Nº 11, POLÍTICA SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL - 1989.

CASTRO, M.H.G. CADERNO DE PESQUISA Nº 12 - A POLÍTICA DE ATENÇÃO AO MENOR NO ESTADO DE SÃO PAULO: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS - 1989.